



DISPENSA Nº 1011.01/2022-DNL - LEI Nº 14.133/2021 E DECRETO MUNICIPAL Nº 024/2022

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021 E DECRETO MUNICIPAL Nº 024/2022

A Prefeitura Municipal de Trairi/CE, em conformidade com art. 75, inciso I – da Lei Federal n.º 14.133/2021 e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 024/2022, torna público aos interessados que a administração municipal, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, pretende realizar a **“Construção de uma Subestação com capacidade de 112,5 KVA, localizada na ROD. CE 163, KM 13, S/N – Trairi-CE, para atender as demandas energéticas de uma fábrica para geração de emprego e renda que irá ser implantada no município, junto a Secretaria de Infraestrutura de Trairi-CE”**., para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Trairi/CE, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

PERÍODO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/COTAÇÃO

A presente CHAMADA PUBLICA ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no site <https://trairi.ce.gov.br>, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao e-mail: comissaodelicitacao2021@outlook.com, preferencialmente fazendo referência a DISPENSA Nº 1011.01/2022-DNL, com Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 02/12/2022 às 10:00h.

O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município <https://www.trairi.ce.gov.br/licitacao.php>, ou através do email: comissaodelicitacao2021@outlook.com. Outras informações poderão ser obtidas na Sala da CPL, sito a Av. Miguel Pinto Ferreira, 356- Planalto Norte - Trairi, Estado do Ceará, – CEP 62.690-000, no horário das 08h00min às 12h00min de segunda a sexta feira.

Trairi, 29 de novembro de 2022


ANTÔNIO EUDES DE LIMA FILHO
Agente de Contratação



DISPENSA DE VALOR Nº 1011.01/2022-DNL

EDITAL DE DISPENSA COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021

O MUNICÍPIO DE TRAIRI/CE, Inscrito no CNPJ/MF nº 07.533.946/0001-62, com sede à Av. Miguel Pinto Ferreira, 356- Planalto Norte - Trairi, Estado do Ceará, – CEP 62.690-000, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, torna público que, realizará Chamada Pública, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos artigo 75, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÕES: DIA 02/12/2022, ÀS 10:00 H.

REFERÊNCIAS DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:
comissaoodelicitacao2021@outlook.com
LINK PARA ACESSO AO EDITAL: <https://www.trairi.ce.gov.br/licitacao.php>

1 - OBJETO

1.1. Constitui objeto desta Chamada Pública a **“Construção de uma Subestação com capacidade de 112,5 KVA, localizada na ROD. CE 163, KM 13, S/N – Trairi-CE, para atender as demandas energéticas de uma fábrica para geração de emprego e renda que irá ser implantada no município, junto a Secretaria de Infraestrutura de Trairi-CE”**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QTD	UNIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Construção de uma Subestação com capacidade de 112,5 KVA, localizada na ROD. CE 163, KM 13, S/N – Trairi-CE, para atender as demandas energéticas de uma fábrica para geração de emprego e renda que irá ser implantada no município, junto a Secretaria de Infraestrutura de Trairi-CE	01	UND	R\$ 35.041,70	R\$ 35.041,70

O valor global estimado para contratação será de: **R\$ 35.041,70 (trinta e cinco mil quarenta e um reais e setenta centavos).**

1.2. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

- 1.2.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- 1.2.2. ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;
- 1.2.3. ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



2.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento do Município, na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:	Elemento de Despesas:	Fonte
INFRA – 0801 15 451 0026 1.030	4.4.90.51.00	1500000000

3 – PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

3.1. A presente CHAMADA PÚBLICA ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no site <https://trairi.ce.gov.br>, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao e-mail: comissaodelicitacao2021@outlook.com, preferencialmente fazendo referência a DISPENSA Nº 1011.01/2022-DNL, com Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 02/12/2022 às 10:00h.

3.1.1. Serão acolhidas propostas apresentadas até a data de julgamento realizado pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, sendo que os julgamentos das propostas pela Agente de Contratação ocorrerão a até 72 (Setenta e duas) horas após recebimento das propostas.

3.1.2. Propostas em desconformidade com o estabelecido neste termo de referência, serão recusadas e os proponentes automaticamente desclassificados da presente dispensa de licitação.

3.1.3. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital em uma via, datilografada ou processada em computador, com identificação do proponente e assinada pelo seu representante legal, devidamente identificado e qualificado.

3.1.4. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

3.1.5. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

3.1.6. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará a proposta com a descrição do objeto ofertado, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.1.6.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.1.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.1.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.1.9. Os preços serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.2. A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PA FINS DESTA PROCEDIMENTO SERÁ:



3.2.1. As habilita es fiscal, social e trabalhista, nos termos do art. 68 da Lei 14.133/21, serão aferidas mediante a verifica o dos seguintes requisitos:

I - a inscri o no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscri o no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa   Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7  da Constitui o Federal.

3.2.2 - QUALIFICA O TÉCNICA:

I - Certidão de inscri o ou registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou outro conselho profissional competente, que conste responsável(eis) técnico(s) com aptidão para desempenho de atividade pertinente ao objeto da licita o, da localidade da sede da PROPONENTE.

3.2.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilita o complementares, necessários   confirma o daqueles exigidos neste Aviso de Contrata o Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicita o da Administra o, no prazo de 24 (vinte e quatro horas após envio da solicita o, sob pena de inabilita o.

3.2.4. as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documenta o exigida para efeito de comprova o da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restri o.

3.2.4.1. havendo alguma restri o na comprova o da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administra o, para a regulariza o da documenta o, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

3.2.4.2. a não-regulariza o da documenta o no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito   contrata o, sem prejuízo das san es previstas neste Processo Administrativo, sendo facultado   Administra o convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classifica o, para a assinatura do Contrato ou revogar a licita o.

3.3 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

3.3.1. será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto   adequa o do objeto e   compatibilidade do preço em rela o ao estipulado para a contrata o.

3.3.2. A proposta do fornecedor deverá ainda:

3.3.2.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas



pelo representante da empresa ou seu representante legal, contendo a indicação do banco, número da conta e agência do representante da empresa vencedora, para fins de pagamento.

3.3.3. Caso haja valores na planilha de custos e formação de preços que sejam superiores ao valor estimado para contratação a proposta será desclassificada.

3.3.4. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

3.3.5. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

3.3.6. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

3.3.7. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

3.3.8. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

3.3.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.3.10. Não serão admitidos preços ofertados a nível simbólico, irrisório ou igual ao valor zero.

3.3.11. Os erros de soma e/ou multiplicação, bem como o valor total proposto, eventualmente, configurado nas Propostas de Preços das proponentes, serão devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, como motivo para desclassificação da proposta.

3.3.12. No caso de empate entre duas ou mais propostas, como critério de desempate a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, vedado outro processo.

3.3.12. Quando for constatado o empate, conforme estabelece os Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, a comissão de licitação aplicará os critérios para desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte, da seguinte forma:

3.3.12.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço.

3.3.12.2 - Para efeito do disposto no 3.3.12.1, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de cinco minutos, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.5.9.1 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também todos no prazo de cinco minutos cada, sob pena de preclusão;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 3.3.12.1 deste Edital, será realizado sorteio para definir aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta;



3.4 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 3.4.1 conter vícios insanáveis;
- 3.4.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 3.4.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 3.4.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 3.4.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1 - Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

4.1.1 - que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

4.1.1. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2. - que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

4.2.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

4.2.1.1. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que



devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

4.2.2. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

5. CONTRATAÇÃO

5.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

5.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

5.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

5.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

5.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

5.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

5.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

5.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

5.4. O prazo de vigência do contrato, caso celebrado, será de 12 (doze) meses conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

5.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

6.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

6.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

6.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

6.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

6.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- 6.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 6.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 6.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 6.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza
- 6.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 6.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 6.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 6.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 6.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 6.1.1 a 6.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 6.1.2 a 6.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 6.1.8 a 6.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 6.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 6.5. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 6.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 6.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



- 6.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 6.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 6.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 6.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1. O procedimento será divulgado no Sítio Oficial, e encaminhado aos fornecedores, por e-mail, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 7.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 7.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
- 7.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 7.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 7.3. As providências dos subitens 7.2.1 e 7.2.2 acima poderão ser utilizadas mesmo se houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
- 7.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 7.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da fase de classificação das propostas na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 7.6. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.
- 7.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 7.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não



comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

7.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

7.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

7.12. Da sessão pública será divulgada Ata no Sítio Oficial do Órgão.

7.13. O Município deverá anular o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

7.14. A anulação do procedimento de Chamada Pública, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Trairi – Ceará, 29 de novembro de 2022


ANTÔNIO EUDES DE LIMA FILHO
Agente de Contratação



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRI
PODER EXECUTIVO



ANEXO I - PROJETO BASICO

[Handwritten mark]

ORÇAMENTO SE 112,5KVA



INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRI
LOCAL: CORREGO SÃO GONÇALO

SUBESTAÇÃO AÉREA DE 112,5 KVA 13.800/380-220

DESCRIÇÃO	UNID	FABRICANTE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	SUBTOTAL
ALÇA PREFORMADA P/ CABO CCN 25MM	UN	P.L.P	3,00	R\$ 42,00	R\$ 162,00
ARRUELA QUADRADA 50X3X18 EM FE GALV	UN	INDUMETAL	21,00	R\$ 1,80	R\$ 37,80
ARRUELA REDONDA 36X3X18MM EM FE GALV	UN	INDUMETAL	13,00	R\$ 1,30	R\$ 16,90
CABO DE AÇO COBREADO 7X10 AWG	KG	COPERWELD	40,00	R\$ 28,00	R\$ 1.200,00
CABO DE COBRE ISOLADO 70mm2	M	PIRELLI	24,00	R\$ 70,00	R\$ 1.680,00
CABO DE COBRE NU 35mm2	KG	FICAP	14,04	R\$ 32,00	R\$ 448,00
CAIXA DE FERRO P/ DISJUNÇÃO CPM 300	UN	INELSA	1,00	R\$ 920,00	R\$ 920,00
CAIXA DE FERRO P/ USO DO DISPLAY	UN	INELSA	1,00	R\$ 180,00	R\$ 180,00
CHAVE FUSIVEL INDICADORA UNIPOLAR 15KV 300A 2.0KA	UN	DELMAR	3,00	R\$ 310,00	R\$ 930,00
CONECTOR CUNHA TIPO I	UN	BURNDY	17,00	R\$ 6,00	R\$ 102,00
CAPACETE DE ALUMINIO P/ ELET 3"	UN	BURNDY	1,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00
CONECTOR PARA HASTE DE TERRA	UN	BURNDY	6,00	R\$ 9,00	R\$ 54,00
CURVA 1,90m CONC. ARMADO BECO	UN	PROPOSTES	5,00	R\$ 180,00	R\$ 900,00
CURVA P/ ELETRODUTO PLASTICO 1 POL.	UN	TIGRE	2,00	R\$ 6,00	R\$ 12,00
DISJUNTOR NOFUSE DE 175A 380V	UN	CIBRATECH	1,00	R\$ 940,00	R\$ 940,00
ELETRODUTO PLASTICO 3 POL. VARA DE 3m	VA	TIGRE	4,00	R\$ 90,00	R\$ 360,00
ELETRODUTO PLASTICO 1 POL. VARA DE 3m	VA	TIGRE	2,00	R\$ 41,00	R\$ 82,00
FIO FUSIVEL 10K	UN	DELMAR	3,00	R\$ 10,00	R\$ 30,00
FIO DE COBRE NU 25mm2	KG	FICAP	5,00	R\$ 62,00	R\$ 310,00
PARAFUSO C/ PORCA 3/16x3	UN	MITTO	4,00	R\$ 12,00	R\$ 48,00
GANCHIO OLHAL GALVANIZADO SUSPENSAO	UN	INDUMETAL	3,00	R\$ 41,00	R\$ 123,00
HASTE P/ TERRA COBREADA SECAO CIRC 3000mm	UN	INTELI	9,00	R\$ 37,00	R\$ 333,00
ISOLADOR PINO 25KV PARA DISTRIBUICAO	UN	C.SANTANA	9,00	R\$ 52,00	R\$ 468,00
ISOLADOR ANCORAGEM POLIMÉRICO	UN	C.SANTANA	3,00	R\$ 110,00	R\$ 330,00
LUVA PLASTICA P/ ELETRODUTO DE 4 POL.	UN	TIGRE	2,00	R\$ 12,00	R\$ 24,00
LUVA PLASTICA P/ ELETRODUTO DE 1 POL.	UN	TIGRE	2,00	R\$ 4,00	R\$ 8,00
MANILHA SAPATILHA P/ ALÇA PREFORMADA 18mm	UN	INDUMETAL	3,00	R\$ 41,00	R\$ 132,00
OLHAL P/ PARAFUSO DE 16mm	UN	INDUMETAL	9,00	R\$ 41,00	R\$ 369,00
PARA- RAIOS POLIMÉRICO 15KV 60HZ P/ SIST DE DIST	UN	ALCACE	6,00	R\$ 290,00	R\$ 1.740,00
PARAF MAQ 16X300mm 220mm ROSCA CAB QUAD FE GALV	UN	INDUMETAL	5,00	R\$ 12,00	R\$ 60,00
PARAF MAQ 16X350mm 270mm ROSCA CAB QUAD FE GALV	UN	INDUMETAL	6,00	R\$ 16,00	R\$ 96,00
PARAF MAQ 16X400mm 320mm ROSCA CAB QUAD FE GALV	UN	INDUMETAL	12,00	R\$ 20,00	R\$ 240,00
PARAF MAQ 16X450mm 320mm ROSCA CAB QUAD FE GALV	UN	INDUMETAL	5,00	R\$ 22,00	R\$ 110,00
ISOLADOR PINO 25KV	UN	ERUSA	9,00	R\$ 18,00	R\$ 162,00
PORCA QUADRADA P/ PARAFUSO DE 16mm EM FE GALV	UN	INDUMETAL	8,00	R\$ 3,00	R\$ 24,00
POSTE DE CONCRETO ARMADO DT 600/12B	UN	PROPOSTES	1,00	R\$ 2.358,00	R\$ 2.580,00
TRANSFORMADOR DE DIST. TRIFASICO 15KV 112,5KVA	UN	ITAM	1,00	R\$ 19.800,00	R\$ 19.800,00

TOTAL SIMPLES

R\$ 35.041,70


Carlos Gustavo Monteiro Moreira
Prefeito Municipal de Trairi


Manoel Heloécio Veiga Filho
Eng. EL CREA 46021-CE
RN 060667634 - 7

9



Carta CE.13367/2022 Data: 13/04/2022

ID:

UC: NÃO APLICA

A,

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRI
ROD CE 163, KM 13, S/N
TRAIRI - CEARÁ

Categoria: Subestação Aérea de 112,5KVA

Assunto: Carta resposta a análise da sua solicitação

De acordo com a norma técnica vigente na ENEL Ceará, seu projeto encontra-se **APROVADO**
COM RESSALVAS segundo a norma CNC-OMBR-MAT-20-0942-EDBR.

2



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20220961311

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

INICIAL

1. Responsável Técnico

MANOEL HELVECIO VEIGA FILHO
Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA**

RNP: 0608676047
Registro: 0608676047CE

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRI**
AVENIDA MIGUEL PINTO FERREIRA
Complemento:
Cidade: **TRAIRI**

Bairro: **PLANALTO NORTE**
UF: **CE**

CPF/CNPJ: 07.533.946/0001-62
Nº: 145
CEP: 62690000

Contrato: **Não especificado** Celebrado em: **30/03/2022**
Valor: **R\$ 3.000,00** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**
Ação Institucional: **NENHUMA - NÃO OPTANTE**



3. Dados da Obra/Serviço

RODOVIA CE-163 KM 13 ESTRUTURANTE

Complemento:
Cidade: **TRAIRI**

Nº: **S/N**
Bairro: **COORREGO SÃO GONÇALO**
UF: **CE** CEP: **62690000**

Data de Início: **12/04/2022** Previsão de término: **21/04/2022** Coordenadas Geográficas: **89.000000, 178.000000**

Finalidade:
Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRI**

Código: **Não Especificado**

CPF/CNPJ: 07.533.946/0001-62

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
80 - Projeto > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > DE SUBESTAÇÃO > #11.9.17.1 - AÉREA DE ENERGIA ELÉTRICA	112,05	kva

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

PROJETO DE UMA SUBESTAÇÃO AEREA DE 112,5 KVA

6. Declarações

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local _____ de _____ de _____ data

Manoel Helvecio Veiga Filho
MANOEL HELVECIO VEIGA FILHO
Eng.º EL CREA 46021-CE
RN 060867604-7

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRI - CNPJ: 07.533.946/0001-62

Carlos Gustavo Monteiro Moreira
Prefeito Municipal de Trairi

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do CREA

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 88,78** Registrada em: **31/03/2022** Valor pago: **R\$ 88,78** Nosso Número: **8215263880**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: bbxY2
Impresso em: 01/04/2022 às 10:07:55 por: ip: 201.20.90.225





*Projeto elétrico de uma subestação aérea em
estrutura TR na potência nominal de
112,5KVA
(Memorial Descritivo)*


Manoel Helvecio Veiga Filho
Eng.º EL. CREA 46021-CE
RN 060867604

2



MERORIAL DESCRITIVO

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Engenheiro: . MANOEL HELVECIO VEIGA FILHO

Endereço. Rua Tenente Roma, 145 – Bairro Aerolandia – Fortaleza Ce.

Telefone: 9-99701328

No Carteira do CREA: 46021-CE

INTERESSADO PELO PROJETO

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRI
CNPJ: 07.533.946/0001-62

Endereço: RODOVIA CE-163 KM 13 S/N
BAIRRO: CORREGO SÃO GONÇALO

Município: TRAIRI – Ce.

OPERADORA: TIM, CLARO


Manoel Helvecio Veiga Filho
Eng.EL. CREA 46021-CE
RN 060867604




Tabela 7: Fator de Utilização - FU

Aparelho	FU
Fornos a resistencia, secadores, caldeiras	1
Fornos de indução	1
Motores de 3/4 - 2,5 cv	0,7
Motores de 3 - 15 cv	0,8
Motores de 20 - 40 cv	0,9
Acima de 40 cv	0,9
Soldadores	1
Retificadores	1

Tabela 8: Fator de Simultaniedade - FS

Aparelhos	Numero de Aparelhos							
	2	4	5	8	10	15	20	50
Motores 3/4 - 2,5 cv	0,85	0,8	0,75	0,7	0,6	0,55	0,5	0,4
Motores 3 - 15 cv	0,85	0,8	0,75	0,75	0,7	0,65	0,55	0,45
Motores 20 - 40 cv	0,8	0,8	0,8	0,75	0,65	0,6	0,6	0,5
Acima de 40 cv	0,9	0,8	0,7	0,7	0,65	0,65	0,65	0,6
Retificadores	0,9	0,9	0,85	0,8	0,75	0,7	0,7	0,7
Soldadores	0,45	0,45	0,45	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3
Fornos resistivos	1	1	-	-	-	-	-	-
Fornos de indução	1	1	-	-	-	-	-	-


 Manoel Helvecio Veiga Filho
 Eng. EL. CREA 46021-CE
 RN 060867604



3.1 – CÁLCULO DA DEMANDA

- a) Iluminação/Tomadas de Uso Geral:
- Iluminação Fluorescente de 40w – 5,2kW
 - Refletor Vapor Metálico 400w 1,6Kw

TOTAL ILUM/ E TOM DE USO GERAL 6,8KW

$$0,77 \times (6,8/0,92) = 5,70\text{KVA}$$

MOTORES DE 20 a 40 CV

$$F2 = 0,87 \times ((05 \times 20) \times 0,9 \times 0,8) =$$

$$F1 = 62,64 \text{ KVA}$$

MOTORES ACIMA DE 40 CV

$$F2 = 0,87 \times ((50) \times 0,9 \times 1) =$$

$$F2 = 39,15 \text{ KVA}$$

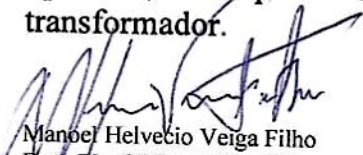
$$F = 62,64 + 39,15 = 101,79 \text{ KVA}$$

Demanda Máxima = 5,70 + 101,79 KVA = re 107,49 KVA

4 – PROTEÇÃO ELÉTRICA

4.1 – Proteção contra surtos de tensão

A proteção deverá ser feita através da instalação de um pára-raio distribuição tipo C4, um por fase localizado na própria estrutura do poste do transformador.


Manoel Helvecio Veiga Filho
Eng.EL. CREA 46021-CE
RN 060867604

de



4.2 – Proteção contra curto-circuito de média tensão.

A proteção contra curto-circuito do transformador será feita através da instalação de um conjunto de chaves fusíveis indicadoras unipolares, uma por fase, localizadas na própria estrutura do poste do transformador.

4.3 – Proteção contra sobrecarga e curto-circuito de baixa tensão.

A proteção contra sobrecarga e curto-circuito no secundário do transformador será feita através da instalação de um disjuntor tripolar termomagnético instalado no quadro de proteção geral. BT Qualquer anormalidade de sobrecarga ou curto circuito no barramento principal de baixa tensão irá provocar o desligamento deste disjuntor.

5 – ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

5.1 – PÁRA - RAIOS

Pára-raios tipo distribuição, a resistor não linear, com desligador automático, tensão nominal de 12KV, capacidade de ruptura de 10KA, Nível de Isolamento (NI) de 110KV.

5.2 – CHAVE SECCIONADORA FUSÍVEL

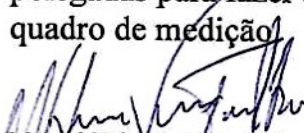
Chave seccionadora fusível indicadora unipolar, operação sem carga, corrente nominal de 300 A, classe de tensão 25KV, capacidade de ruptura simétrica de 6,3KA, Nível de Isolamento (NI) de 110KV, com elos fusíveis de 6k.

5.3 – TRANSFORMADOR DE POTÊNCIA

Transformador trifásico, potência nominal de 112,5KVA, tensão nominal primária de 13,8KV, tap's de 13,8/13,2/12,6KV, tensão secundária de 380/220V, enrolamentos com ligação em delta (AT) e estrela com neutro acessível (BT), frequência de 60Hz e Nível Básico de Isolamento (NBI) de

5.5 – CABOS DE SAÍDA DO TRANSFORMADOR

Cabos de cobre isolado com PVC 70°C a temperatura ambiente de 30°C 1 condutor por fase, tensão de 750V seção # 70mm² e 1 condutor para o neutro com seção #35mm² em eletrodutos de PVC rígido diâmetro de 2" (duas) polegadas para fazer a interligação do secundário do transformador ao quadro de medição.


Manoel Helvécio Veiga Filho
Eng. EL. CREA 46021-CE
RN 060867604



5.6 – DISJUNTOR DE PROTEÇÃO GERAL DE BAIXA TENSÃO

O disjuntor de proteção contra sobrecarga e curto-circuito será tripolar termomagnético de 175A em caixa moldada com capacidade de ruptura simétrica de 10KA em 380V dimensionado conforme Tabela 20 da (CNC-OMBR-MAT-20-0942-EDBR

5.7 – MEDIÇÃO

A medição será em média tensão, através de um conjunto de medição compacto, em material polimérico, sendo que o medidor deverá ser instalado internamente ao conjunto de medição, juntamente com um módulo de telemedição.

Um display deverá ser instalado no poste do conjunto de medição, abrigado em caixa padronizada, fixada a 1,60m do solo e conectado ao medidor através de fibra ótica, instalada dentro de um eletroduto de PVC 25mm² (1”), tudo conforme a(CNC-OMBR-MAT-20-0942-EDBR

5.8 – ATERRAMENTO

A malha de terra será composta por 06 (seis) eletrodos verticais de 5/8” x 2400mm interligados por condutores de cobre nu de bitola #50mm² em disposição retangular e afastados de 3 m. O valor máximo da malha de terra será de 10 ohms a qualquer época do ano com distribuição mostrada na planta dos arranjos físicos da estrutura..

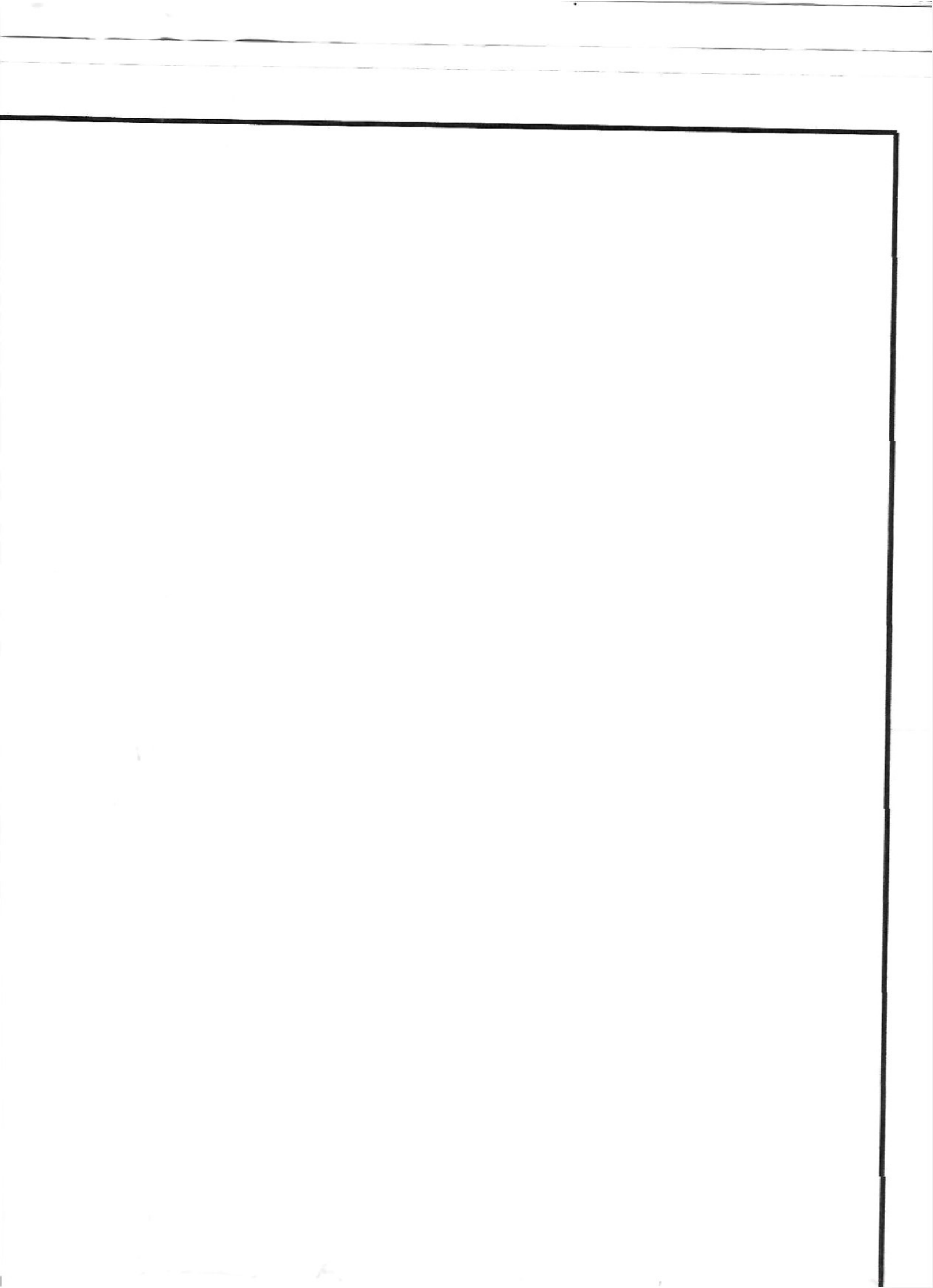
O cabo de interligação da malha de aterramento deve ser no mínimo 50mm² conforme item 7.13 da ET-942 da Enel.

Manoel Helvecio Veiga Filho
Eng.º EL. CREA 46021-CE
RN 060867604

VIZINHO

IDUSTRIA DE CONFECÇÕES

VIZINHO



FAIXA DE

MITO DA PROPRIEDADE

SERVIDÃO

RODOVIA CE-163 KM 13



(1)600
(1)TT1
CONJ
C/ TEL
(47029

REDE ENEL 13.8 KV

4,00

(1)600/12 B3 B3.3
(1)TT112,5 M112,5 ATER-EQ
CONJ. COMPACTO
C/ TELEMEDIÇÃO
(470296 - 9635683)

A distância "E" deve ser de, no mínimo, 1 metro em relação à parede da edificação ou deve ser de, no mínimo, 1,5 metros em relação às sacadas, janelas, telhados ou demais pontos que permitam acesso aos pontos energizados conforme item 8 ET-942 da Enel.

150/10 N1

150/10 N1

 **APROVADO**
com ressalvas
Projeto válido por 18 meses a partir da data de aprovação conforme a ET 942 - 7.11
CE.13367/2022
13/04/2022 A serviço da 

INTERESSADO	
ENDEREÇO DA OBRA RODOVIA CI - 163	
PROJETO	
ENGENHEIRO	SUBESTAÇÃO
Engº - CREA - Ce - /D	EXTENSÃO E
Projeto&Desenho	CONDUTOR I



X 
Carlos Gustavo Monteiro Moreira
Prefeito Municipal de Trairi

TRAIRI

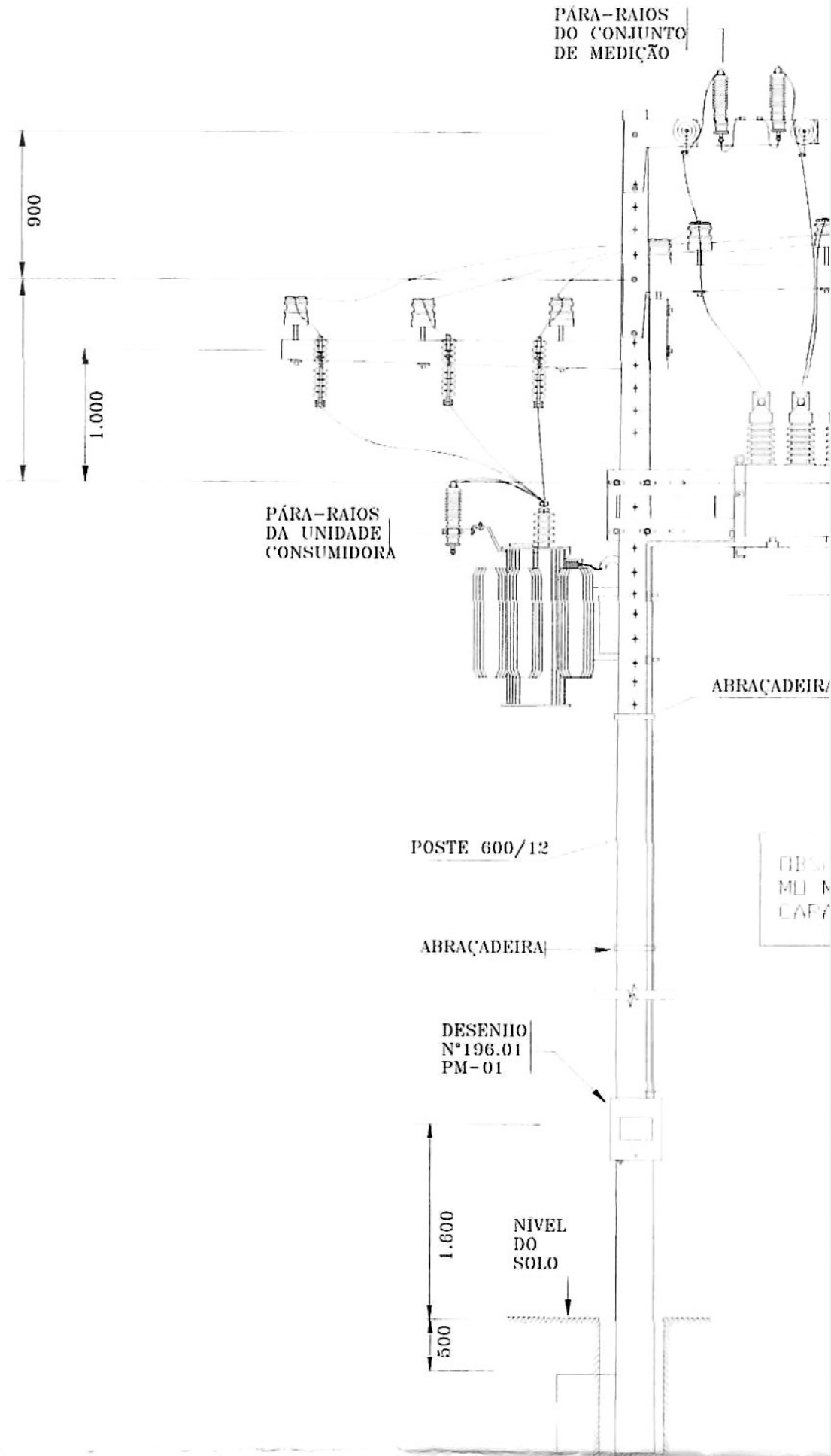

Manuel Helvecio Veiga Filho
Eng.EL. CREA 46021-CE
RN 060867604-7

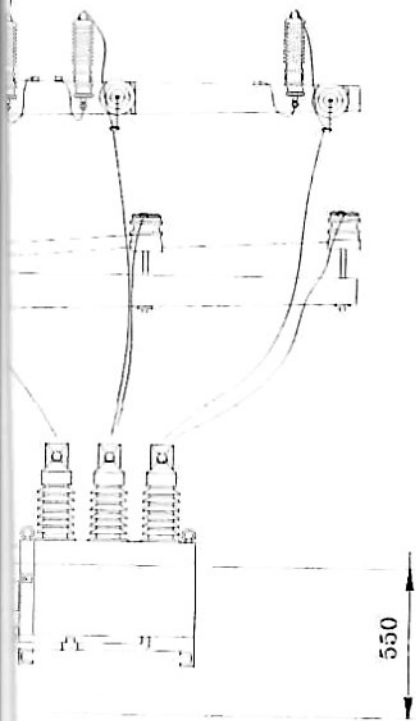
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRI

KM13, BAIRRO: CORREGO SÃO GONÇALO - TRAIRI - CE.

UBI STATION AEREA DE 112,5kVA

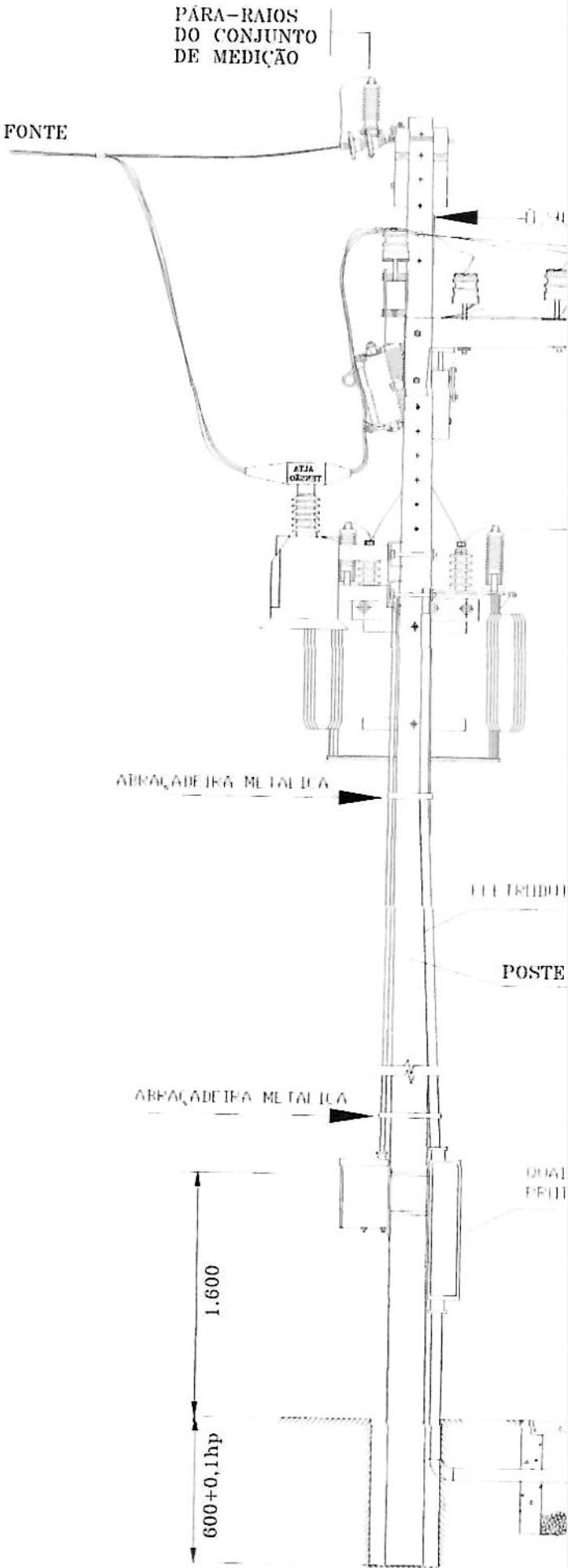
/ ALIMENTADOR -	ESCALA INDICADA	DATA MARÇO/ 2019
BT (380/220V)	EXT. EM BT (SUBTERRANEA)	EXTENSÃO EM MT (13.8kV)
EM BAIXA TENSÃO	CONDUTOR EM MEDIA TENSÃO CABO DE AL. CAA 4 AWG	PLANCHAS 02/02





RAÇADEIRA

ESTE DEVE SER UTILIZADO POSTE DE
 MÍNIMO, 11 METROS COM 600daN de
 CAPACIDADE NOMINAL



PÁRA-RAIOS
 DO CONJUNTO
 DE MEDIÇÃO

FONTE

ATA
 OLEFET

ABRAÇADEIRA METÁLICA

ELETRIDU

POSTE

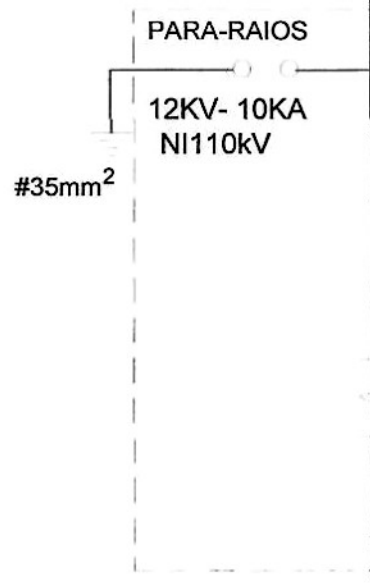
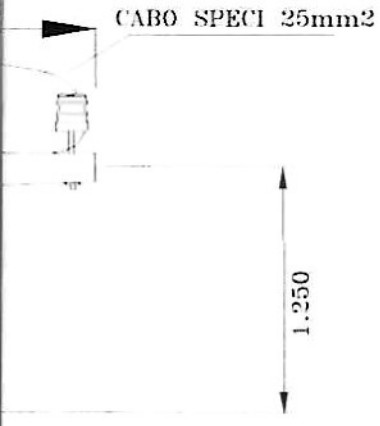
ABRAÇADEIRA METÁLICA

QUAL
 PELL

1.600

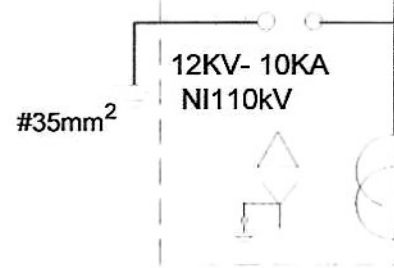
600+0,1hp

LT 13800V COLLE



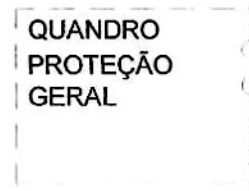
D PVC 60"

600/12



RTI DE

EQAD GERAL



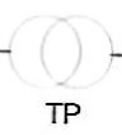
CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA 800x800x800



VA

QC

CHAVE FUSIVEL UNIPOLAR
25KV - 300A - 6,3KA -110KV
C/ ELO A CRITERIO DA ENEL



kWh
kW
kVARh

DISPLAY

PM-01
DES. 196.01

#35mm²

CHAVE FUSIVEL UNIPOLAR
25KV - 300A - 6,3KA -110KV
C/ ELO 6K

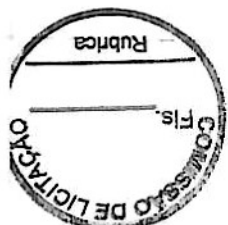
#35mm²

TRAFO TRIFÁSICO 112,5 KVA
13800 - 380220V 60Hz
REFR. ÓLEO MINERAL
BUCHA MT 25 KV

3x70(35)mm²

175A
Icc = 10k

Carlos Gustavo Monteiro Moreira
Prefeito Municipal de Trairi



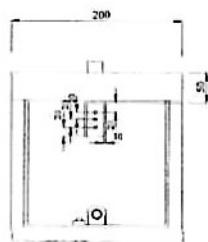
#35mm²

VAI AO
QGBT

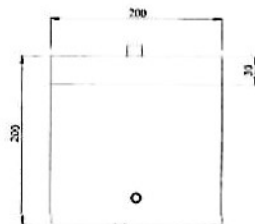
DETALHE, CONJUNTO DE ME

NOTA: 1 - DEVE SER UTILIZADO VERGALHÃO DE COBRE 25mm CONECTAR O LADO C
DE MEDIÇÃO ATE A CHAVE FUSIVEL DO TRANSFORMADOR DA UNIDADE C

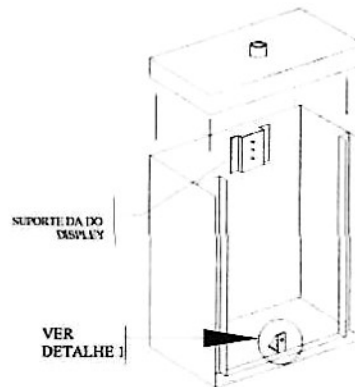
2 - O PARA - RAIOS DO CONJUNTO DE MEDIÇÃO DEVE SER INSTALADO NA PRIM
SUPERIOR AO CONJUNTO DE MEDIÇÃO.



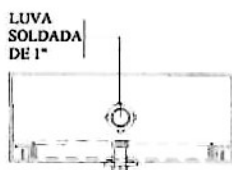
VISTA FRONTAL
SEM A TAMPA



VISTA FRONTAL
COM A TAMPA



DETA
VISTA



VISTA SUPERIOR
COM A TAMPA



VISTA LATERAL
COM TAMPA



VISTA
PERSPECTIVA EXPLODIDA



DETA
VISTA POST

NOTA: 1 - MATERIAL

- a) CORPO: CHAPA DE AÇO OLEADA OU ZINCADA, LAMINADA A FRIO, COM ESPESSURA MINIMA DE 100 UM;
- b) TAMPA: EM POLICARBONATO TRANSPARENTE, COM UMA ESPESSURA MINIMA DE 3,00mm;
- 2 - A CAIXA DEVE VIR COM UMA LUIVA COM ROSCA INTERNA DE 25mm (1") PARA ELETRODUTO PASSANTE, A LUIVA DEVE SER SOLDADA À CAIXA COM CORDÃO DE SOLDA COMPLETO, SEM FRESTAS;
- 3 - A PARTE SUPERIOR DA CIXA DEVE SER UMA PEÇA UNICA SOLDADA NAS EXTREMIDADES.
- 4 - O ELETRODUTO DE DECIDA PARA ALIMENTAÇÃO DO DISPLAY E PARA CABO DE FIBRA ÓTICA DEVE SER 1" EM PVC COM VARA DE 6METROS;
- 5 - ADMITE-SE UMA TOLERÂNCIA DE $\pm 2\%$ NAS COTAS INDICADAS.
- 6 - DIMENSÕES EM MILIMETROS, EXCETO ONDE INDICADO.

MEDIÇÃO E TRANSFORMADOR

ADO CARGADO CONJUNTO
DADE CONSUMIDORA.

NA PRIMEIRA CRUZETA

NOTAS : 1 - POTENCIA MÁXIMA DO TRANSFORMADO

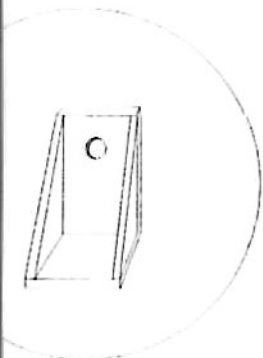
2 - PUNTE DE 12m, COM RESISTENCIA MIN

3 - h_p = ALTURA DO POSTE ;

4 - DIMENSÕES EM MILIMETROS.



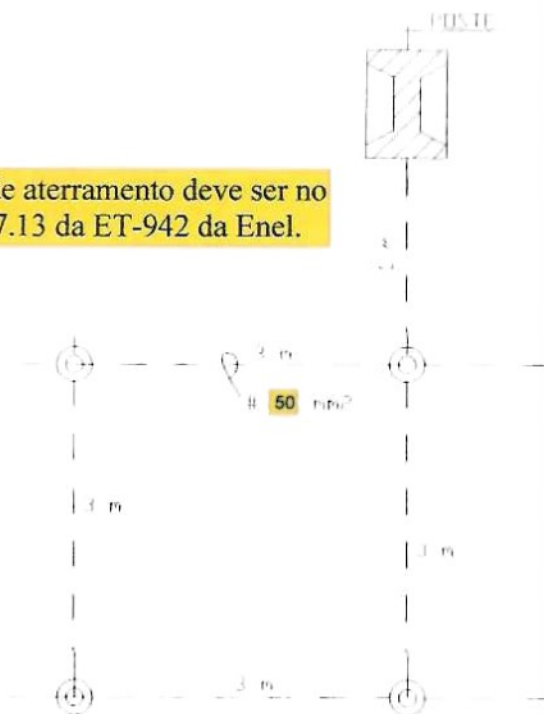
DETALHE 1
VISTA FONTAL



DETALHE 1
VISTA POSTERIOR

DET. ATERRAMENTO

O cabo de interligação da malha de aterramento deve ser no mínimo 50mm^2 conforme item 7.13 da ET-942 da Enel.



NOTA:

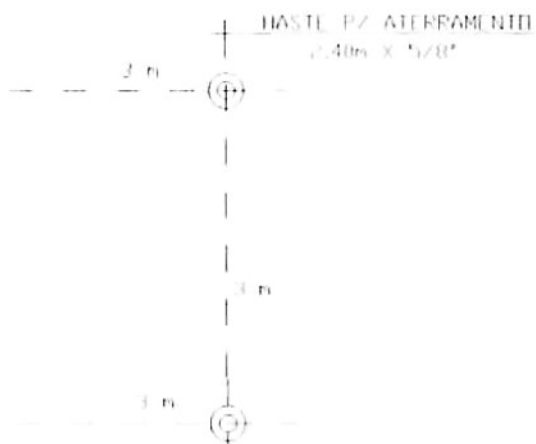
1 - A MALHA DA ESTRUTURA DO TRANSFORMADOR E A PRIMÁRIA DEVERÃO SER INTERLIGADAS

2 - CASO SEJA NECESSÁRIO AMPLIAR SE A MALHA DE INTERLIGADAS SEGUNDO DISPOSIÇÃO ANALÓGICA MOSTRADA NESTE PROJETO, SERÃO COLOCADAS EM CAMAS DE CONCRETO, CONFORME

ADON: 112,5KVA ;

MINIMA DE 600dBN ;

$U < 10 \text{ V}$



RE E A ESTRUTURA DE MEDIÇÃO

DE TERRA, AS NOVAS HASTES SERÃO
TRAZIDAS NESTE DESENHO ELAS SEMPRE
SERÃO MONTADAS COMO MOSTRADA NO DETALHE

CREA:

PROPRIETÁRIO

INTERESSADO

ENDEREÇO DA OBRA
RODOVIA CF - 163 KM

PROJETO

ENGENHEIRO

Engº -
CREA - Ce - /D

Projeto&Desenho

SUBE


EXTEN

CONDU



 **APROVADO**
com ressalvas
Projeto válido por 18 meses a partir da data de aprovação conforme a ET 942 - 7.11
CE.13367/2022
13/04/2022 A serviço da 

COELCE:


Manuel Helvecio Veiga Filho
Engº.EL. CREA 46021-CE
RN 060867604-7

PROJETO:

INSTALAÇÕES:

ENGº

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRI

M 13, ESTRUTURANTE - BAIRRO: CORREGO SÃO GONÇALO - TRAIRI - CE

SUBESTAÇÃO AEREA DE 112,5kVA

ESTAÇÃO / ALIMENTADOR	ESCALA INDICADA	DATA ABR./ 2019
TENSÃO EM BT (380/220V)	EXT. EM BT (SUBTERRÂNEA)	EXTENSÃO EM MT (15.8kV)
CONDUTOR EM BAIXA TENSÃO	CONDUTOR EM MEDIA TENSÃO CABO DE AL. CAA 4 AWG.	PRANCHA 01/02



ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA (EMITIDA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**PROPOSTA COMERCIAL
DISPENSA ELETRÔNICA xx/2022**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QTD	UNIDADE
01	Descrição detalhada do serviço.	XX	und

Declaro ciência e concordância com todas as condições e exigências dispostas no Termo de Referência da Dispensa nº xx/2022.

Declaro que os valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos itens ofertados.

Declaro que realizarei os serviços ofertados no prazo máximo estipulado no Termo de Referência, a partir do recebimento do Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

Dados para pagamento:

Banco:

Agência:

Conta-Corrente:

Prazo de entrega dos itens: XX dias.

Prazo de validade/garantia dos itens: XX meses.

Validade da Proposta: XX dias. (não inferior a 60 dias)

Razão social e CNPJ:

Telefone/Pessoa para contato:

Local e data

Carimbo CNPJ da empresa e assinatura do representante legal

2



ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA N^o XX/XXXX, QUE FAZEM ENTRE SI A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE TRAIRI - CEARÁ E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXX

O MUNICÍPIO DE TRAIRI-CEARÁ, com sede em _____, n^o XXX, , Trairi/CE, inscrito(a) no CNPJ sob o n^o xx.xxx.xxx/xxxx-xx, neste ato representado pelo seu(ua) Ordenador(a) de Despesas, xxxxxx xxxxxx xxxxx, doravante denominada CONTRATANTE, e XXXXXXXXXXXX inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n^o XXXXXXXXXXXX, sediado(a) XXXXXXXXXXXX doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF n^o XXXXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo n^o XXXXXXXX e em observância às disposi es da Lei n^o 14.133, de 1^o de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletr nica n^o xx/2022, mediante as cláusulas e condi es a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Aviso de Dispensa de Licita o, identificado no preâmbulo e   proposta vencedora, independentemente de transcri o.

1.2. Discrimina o do objeto:

Constru o de uma Subesta o com capacidade de 112,5 KVA, localizada na ROD. CE 163, KM 13, S/N – Trairi-CE, para atender as demandas energéticas de uma fábrica para gera o de emprego e renda que irá ser implantada no município, junto a Secretaria de Infraestrutura de Trairi-CE

ITEM	DESCRI�O/ESPECIFICA�O	QTD	UNIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Constru�o de uma Subesta�o com capacidade de 112,5 KVA, localizada na ROD. CE 163, KM 13, S/N – Trairi-CE, para atender as demandas energ�ticas de uma f�brica para gera�o de emprego e renda que ir� ser implantada no munic�pio, junto a Secretaria de Infraestrutura de Trairi-CE	01	und		
...		

3. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato   aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de XX/XX/XXXX e encerramento em XX/XX/XXXX, podendo ser prorrogado, conforme Lei 14.133/2021, Art. 107.



3.1.1. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), e juntá-las ao respectivo processo.

4. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

4.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ XXXX (XXXXXXXXXX).

4.1.1. O valor é referente a contratação pelo período de vigência do contrato, sendo o serviço realizado uma vez ao ano.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento do Município, na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:	Elemento de Despesas:	Fonte
INFRA - 0801 15 451 0026 1.030	4.4.90.51.00	1500000000

6. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

6.1 - Os pagamentos serão realizados mediante apresentação da Nota Fiscal do objeto e fatura correspondente. As faturas deverão ser aprovadas, obrigatoriamente, pela Secretária Contratante, que atestará a entrega do objeto licitado.

6.2 - Os pagamentos serão feitos de acordo com a realização dos serviços, em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal, de acordo com os valores contidos na Proposta de Preços do licitante em conformidade com projeto básico.

6.3 - Por ocasião da realização dos serviços o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da Secretaria de Infraestrutura, acompanhado das Certidões Federais, Estaduais e Municipais.

6.4. O pagamento fica condicionado, à satisfação de todas as condições estabelecidas em contrato e da comprovação de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais;

6.4.1. Deverá vir acompanhada a fatura da nota fiscal os seguintes documentos:

a. A comprovação de **REGULARIDADE** para com a **Fazenda Federal** deverá ser feita através da Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

b. A comprovação de **REGULARIDADE** para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c. A comprovação de **REGULARIDADE** para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



d. Prova de situação regular perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, através de Certificado de Regularidade – CRF;

e. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão de regularidade, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR), conforme Lei 12.440/2011 de 07 de julho de 2011.

6.5. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto a regularidade fiscal.

6.9. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

6.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

7.1 Os preços são fixos e irajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

De



7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

9. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. O prazo de execução da realização dos serviços desta licitação deverá ser de até 30 (trinta) dias, após a autorização de ORDEM DE SERVIÇO;

9.2 Os serviços de consultoria, assessoria e acompanhamento em Engenharia, deverão ser prestados nas instalações da contratante e no escritório da contratada, ou em outro local, de acordo com a necessidade, interesse e conveniência da Contratante, com vistas a assegurar as condições imprescindíveis e específicas da execução dos serviços. Devendo toda e qualquer orientação técnica ser dada somente por profissionais devidamente habilitados.

9.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

10.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

10.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

10.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

g



10.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

11.1. As obrigações da CONTRATANTE

11.1.1- A Contratante se obriga a proporcionar a Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei Nº. 14.133/2021.

11.1.2- Fiscalizar e verificar se os serviços estão atendendo satisfatoriamente a necessidade pública para a qual foram requeridos.

11.1.3- Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com os serviços prestados, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

11.1.4- Providenciar os pagamentos a CONTRATADA mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e recibo.

As obrigações da CONTRATADA.

a) executar e/ou fornecer o objeto, de acordo com as especificações contidas no Projeto Básico, nos anexos desse instrumento sempre de acordo com a unidade gestora do presente Contrato.

b) responsabilizar-se por todos os custos inerentes aos estágios, seguros, encargos sociais, tributos, transporte e outras despesas necessárias para o fornecimento do objeto do Contrato.

c) responsabilizar-se pela integral prestação contratual, inclusive quanto às obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor;

d) atender aos encargos de lei;

e) assumir total responsabilidade pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução do Objeto do presente contrato, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que eventualmente possa ocorrer;

f) Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de HABILITAÇÃO e qualificação exigidas na licitação

g) A contratada não será responsável por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior e por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos no edital, proposta e no contrato assinado com a CONTRATANTE.

h) Será de responsabilidade do Contratado o pagamento de toda e qualquer situação decorrente da execução do objeto da licitação a que se refere o presente contrato, inclusive eventuais reclamações trabalhistas que venham a ser formuladas decorrentes dessa respectiva execução.

i) A Licitante deverá se responsabilizar por todas as despesas exigidas pelos órgãos competentes como Tributos Municipais, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, bem como, quaisquer outras despesas necessárias para a execução do objeto do presente contrato;

j) A Licitante é responsável por danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando a execução do objeto. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, ficando sua aceitação a critério do CONTRATANTE.

f



k) A CONTRATADA deverá colocar como responsável técnico pelo menos um Engenheiro Civil com experiência comprovada em execução de serviços semelhantes aos licitados.

l) A CONTRATADA estará obrigada ainda a satisfazer aos requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

I - Prestar os serviços de acordo com o edital e seus anexos, projetos e as Normas da ABNT.

II - Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;

III - Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;

IV - Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante ao Município de Trairi, sob pena de retardar o processo de pagamento;

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Aviso de Dispensa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos 7/9 incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

13.2. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

13.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência, anexo ao Edital.

13.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

g



15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.5. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.6. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme Lei 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

18.1. É eleito o Foro Do Município de Trairi-Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação.

18.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Trairi-Ceará, XX de XXXXXXXX de 2022.

XXXXXXXXXXXX

Ordenador de Despesas da Secretaria de Infraestrutura

Responsável legal da CONTRATADA
EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1-
2